



Curso de Extensão Práticas Educativas no Sistema Prisional

Relatório Final: Práticas educativas na prisão - Pesquisa nos dados oficiais - INFOPEN

1. INTRODUÇÃO

O seguinte relatório de Bases Oficiais do curso “Práticas educativas no sistema prisional” da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), tem como objetivo apresentar como os resultados foram obtidos ao longo da pesquisa sobre as práticas educativas no sistema prisional.

2. OBJETIVO GERAL

A pesquisa tinha como objetivo levantar e analisar as informações acerca das práticas educativas realizadas no sistema prisional brasileiro, por meio das páginas eletrônicas oficiais de órgãos governamentais responsáveis pela oferta da educação nas prisões.

3. OBJETIVO ESPECÍFICO

Ao acessarmos o portal do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) observamos a vasta quantidade de informações disponibilizadas pelo órgão. Após a análise dos dados - feita a partir de relatórios enviados por cada unidade prisional do país - nosso objetivo de pesquisa baseou-se em: coletar informações sobre a oferta de educação nas unidades prisionais do Brasil, disponíveis nas bases oficiais, no período de 2013 a 2019.

4. METODOLOGIA

Para dar respaldo à pesquisa, decidimos colher as seguintes informações: população prisional total por unidade federativa, quantidade de pessoas em presídios femininos e masculinos, números de unidades prisionais com atividades educacionais; número de estudantes em cada unidade federativa; número de estudantes em cada modalidade de ensino: alfabetização, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior; cursos técnicos (com carga horária de até 160h e superior a 800h); remição pela leitura; remição pelo esporte; e atividades educacionais complementares.

O grupo de trabalho foi composto por 10 pessoas, tendo seu início em 11 de maio de 2020 e seu término em 6 de julho de 2020. Cada integrante ficou responsável por coletar as informações nas bases de dados do Infopen (sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro) de um determinado número de unidades federativas. A primeira tentativa de coleta do grupo foi utilizar os dados disponibilizados nos “painéis interativos”, por acreditarmos que ali os encontraríamos completos. Contudo, constatamos que havia a falta de dados significativos, como os dados de segurança pública, a raça dos estudantes¹, o número de estudantes formados e informações sobre os cursos técnicos. Assim, passamos a acessar os relatórios analíticos de cada unidade federativa, já que eles abrangem, de forma mais detalhada, os dados colhidos de cada estado da federação. Além disso, para fins metodológicos, optamos por utilizar os dados do segundo semestre de cada ano, ainda que haja a disponibilização de dados dos dois semestres do ano (janeiro-junho; julho-dezembro)².

Ao longo da pesquisa também mudamos a forma de armazenar os dados coletados. Inicialmente utilizamos a tabulação do GoogleDocs, que até certo ponto atendeu nossas demandas. No entanto, conforme ocorreram as primeiras reuniões, sentimos a necessidade de organizar os dados com os demais grupos de pesquisa no GoogleForms, o que também não se mostrou viável devido às peculiaridades de nossos dados. Então migramos para o Excel - ferramenta de grande utilidade e com uma ampla quantidade de recursos -, que nos trouxe uma experiência muito enriquecedora, como o desenvolvimento de nossas capacidades analíticas e de organização.

1. QUESTIONAMENTOS

Durante nossas discussões sobre as experiências individuais de cada integrante do grupo com a coleta e contato com os dados penitenciários, localizamos o instrumento de coleta enviado para cada unidade prisional a partir do qual, o Infopen elabora e divulga seus dados. Decidimos por analisar este formulário visando elucidar algumas dúvidas e construir novos questionamentos. Ao analisarmos este documento percebemos que informações como o número de estudantes formados em cada modalidade de ensino eram direcionadas às unidades prisionais, mas não tinham suas respostas divulgadas. Esta ação foi fundamental para elaborarmos um conjunto de questões enviadas ao Depen, que podem ser encontradas nos anexos deste relatório.

1.1 Gênero e uso de linguagem

¹ O Infopen ainda não estabelece essa correlação de dados entre estudantes e raça.

² Em 2013 há somente a disponibilização dos dados relativos ao primeiro semestre e em 2015 há somente a disponibilização dos dados relativos ao segundo semestre

Diante do fato de que pessoas transexuais, travestis, transgêneras ou não-binárias são direcionadas aos presídios de acordo com o seu sexo biológico, nos chamou atenção as nomenclaturas “população masculina” e “população feminina”. Assim, inferimos que estas designações utilizadas pelo Infopen não contemplam as diversas experiências e expressões no que dizem respeito à identidade de gênero; e reconhecemos ser fundamental e necessário, em respeito a essas pessoas, o emprego dos termos “população em unidade masculina” e “população em unidade feminina”. Sendo, portanto, válido ressaltar o quão fundamental é levantar esse debate, tendo em vista que esse apagamento configura, por parte do Estado, uma violência do direito das pessoas privadas de liberdade.

1.2 Dados de Segurança Pública

Comparando os infográficos interativos com os relatórios analíticos, percebemos que o primeiro, quando trazia os números referentes a população total, desconsiderava os dados de Segurança Pública³. Estes dados são referentes a pessoas privadas de liberdade que não se encontram em unidades prisionais, mas que estão encarceradas em espaços como delegacias, por exemplo. Além disso, em algumas tabelas não há a diferenciação de sexo dessas pessoas e em outras nem sequer há a contagem delas. Dessa forma, considerando que também são sujeitos de direitos educativos (os quais provavelmente não estão recebendo), consideramos necessário incluí-los nos dados de população total.

1.3 Dados que chamaram a nossa atenção

Alguns dados em unidades federativas específicas chamaram nossa atenção. Mesmo que pautados por uma análise quantitativa, havia a discrepância de alguns números de um ano para o outro, o que nos fez refletir sobre essas alterações abruptas.

No estado do Pernambuco, por exemplo, o número da população prisional total sofre fortes irregularidades. No ano de 2013, no qual iniciamos nosso recorte temporal da pesquisa, a população prisional total correspondia a 30.894 pessoas. No ano seguinte, surpreendentemente, esse número sofreu uma queda significativa, 26.809 pessoas. Porém, a discrepância maior ocorre entre os anos de 2015 e 2016. Em 2015 esse número é de 31.764 presas e presos. No ano seguinte, há um aumento de quase 50%, com a população total correspondendo a 45.878 pessoas. Em em 2017, a taxa recua novamente, para 33.085 pessoas.

Ainda na região Nordeste, o estado do Maranhão apresenta uma relação interessante de se analisar, precisamente no ano de 2019. Nesta data, o número de presas e presos em atividades educacionais corresponde a mais de 50% da população prisional total do estado, realidade bem distinta

³ A partir de 2017 não há a divulgação dos dados de Segurança Pública.

dos demais estados brasileiros e da própria taxa do Maranhão nos anos anteriores a 2019.

Por conseguinte, observamos que esses exemplos podem nos levar a questionar e, conseqüentemente, propor métodos mais rigorosos e detalhados em relação à coleta e divulgação de dados, já que eles são necessários para a elaboração e implementação de políticas públicas destinadas aos detentos.

2. BUSCANDO RESPOSTAS: INFOPEN

A partir de debates e questionamentos que surgiram ao longo do curso e que foram mencionados anteriormente, sentimos a necessidade de encaminhar algumas dúvidas para a central de atendimentos do Infopen, em busca de esclarecimentos e direcionamentos.

Alguns dias depois, recebemos uma resposta detalhada da Imprensa DEPEM (imprensa.depen@mj.gov.br) para todas as questões apresentadas. Ao analisarmos a resposta dada pelo DEPEM, destacamos duas principais frentes que foram úteis para nosso trabalho e futuras considerações e encaminhamentos da pesquisa. A primeira está relacionada com o direcionamento que nos levou às planilhas completas, onde estão registradas todas as respostas do formulário enviados às unidades penitenciárias do Brasil - incluindo os certificados de conclusão de cada estudante.

A segunda frente que consideramos importante dentro da resposta recebida é a informação de que os painéis interativos serão substituídos por novos. Nesse novo modelo, segundo o DEPEM, haverá uma correlação entre estudantes e sua respectiva raça. Desse modo, seria proporcionada uma grande margem para explorar novos questionamentos e direcionamentos, já que haverá mais detalhes sobre quem são as pessoas privadas da sua liberdade que acessam os programas educativos em questão.

Assim sendo, acreditamos que ainda há muito trabalho a ser feito, principalmente após a descoberta da planilha bruta e sem edição que o DEPEM encaminhou e que está disponível no site, porém pouco visível. Ao mesmo tempo, ficamos contentes ao receber uma resposta para nossas dúvidas, conseguindo estabelecer um contato direto com quem elabora e apresenta os dados para a sociedade civil⁴.

3. RELATOS INDIVIDUAIS

⁴ Depois que finalizamos a pesquisa e a apresentação dos gráficos gerados a partir dela, o site do INFOPEN fez estas alterações, incluindo os dados de segurança pública e a divisão de raça, mas sem especificação dos alunos.

- Elisabeth Costa Marcolino

Apesar de me interessar há um tempo pela situação carcerária no Brasil e me considerar uma pessoa informada sobre o tema, o curso trouxe vários ganhos: acredito que o maior deles foi saber que numa universidade pública, com acesso a recursos e pessoal com capacidade de interferir no debate público tem tanta gente interessada na questão. Isso motiva muito, nos tira um pouco daquela sensação de apatia, de ver um sistema tão injusto, mas pensar que o monstro é tão maior que a gente que não podemos fazer nada. Acho que minha maior descoberta foi que o monstro realmente é gigante, mas com tanta gente podemos ir minando aos pouquinhos e quem sabe vencer a batalha. Outro ponto foi desvendar o Infopen. Fiquei feliz em ter escolhido e sido acolhida por esse grupo, por entender um pouco mais como funcionam os dados, como eles se arquivam, como não são confiáveis, mas também como podemos trabalhar através deles, usando a nosso favor. Sinto que saí mais motivada, com mais vontade e que consegui romper aquela paralisia inicial, pronta para fazer alguma coisa para transformar esse sistema.

- Fernanda de Castro

Me interessei por fazer o curso para que eu pudesse ter mais compreensão sobre a educação nas prisões, os dilemas e as perspectivas. Inclusive porque participei como extensionista no projeto de extensão, remição penal pela leitura: dos direitos educativos ao acesso à justiça e enquanto bolsista tive a possibilidade de apresentar um relato de experiência no congresso acadêmico da Unifesp. Diante de toda essa trajetória, pude ter a dimensão de que a educação nas prisões ainda é parca, e tudo o que foi consolidado, está por começar em garantir os direitos das pessoas encarceradas. Compreender as origens da prisão, para que ela foi feita e quem são as pessoas que estão privadas de liberdade é apontar que existem resquícios de um sistema escravocrata, que seleciona pessoas por etnia, raça e classe social. Enquanto futura professora, essa formação é rica e proporcionou construir mais criticidade diante dessa temática, tão urgente e necessária. O curso em si, se apresentou como um local de encontro, mesmo que distante, um espaço para que pudéssemos centrar nossas energias, discutir e produzir conhecimento de como podemos encarar os problemas atuais da educação nas prisões. Um lugar de respiro, diante todo esse cenário desmotivador de pandemia. Esse curso me deslocou e me conduziu a pensar

e buscar ferramentas para aprimorar a pesquisa. Os colegas engajados, sempre buscando formas de aperfeiçoar a compreensão dos dados e dispostos a contribuir com as pesquisas. Isso demonstra dedicação e responsabilidade. Por fim, me sinto grata por ter feito parte desse ciclo.

- Guilherme Batista D'Aragão

Participar do processo de pesquisa dos dados oficiais referentes ao sistema de educacional para pessoas presas me levantou diversas dúvidas e questionamentos. Foi a primeira vez que fiz algo parecido em âmbito acadêmico, o que enalteceu minha dificuldade em lidar com números, tabelas e toda esta linguagem que sinto que meu curso até o presente momento me afastou. Entretanto, a horizontalidade da experiência e o privilégio de trabalhar junto com pessoas com experiência nos códigos, me possibilitou uma assimilação proveitosa deste contato e uma grande curiosidade de continuar lendo e estudando a respeito.

- Henrique Lima

O processo de pesquisa e debate proporcionado com este Curso me possibilitou enxergar campos de atuação pouco vislumbrados até então. O acesso a conteúdos e discussões de modo amplo e sem fortes relações de hierarquia, somado a relação com pessoas abertas ao diálogo e dispostas a ensinar e aprender, foram fatores que me motivaram a criar ânimo todas as segundas-feiras deste período para construir em conjunto.

Minha autoavaliação do aproveitamento do curso foi a máxima possível. O repertório teórico obtido e a aproximação intensa com os dados oficiais disponíveis no Infopen, que são de grande relevância para diferentes temas que se relacionam com a questão prisional, foram mais que satisfatórios. Porém, posso dizer que um dos maiores ganhos deste processo foi a aproximação com pessoas distintas do meu círculo de amizades. Provavelmente, se não fosse essa ocasião, eu jamais teria a oportunidade de conhecê-las e construir os laços desenvolvidos ao longo dessas semanas.

- Josefina Chudnobsky

Tem sido um processo muito poderoso, que me trouxe reflexões intensas sobre as profundezas das mazelas sociais que nossa história carrega. É uma discussão que não tinha tido acesso anteriormente, me fortalecendo para entender com mais cuidado e conteúdo a situação política e social atual, tão marcada por reivindicações e mobilizações sociais que chamam a atenção sobre desigualdades sociais, racismo latente e sistemas de opressão e segregação que ainda governam as estruturas do nosso país. Dentro do núcleo de pesquisa sobre base de dados oficiais, além de ter conhecido um grupo de pessoas bem engajadas e com muita sede pelo conhecimento, tive a oportunidade de aprender sobre diversos programas educativos que existem em prisões e que fazem parte de uma leve esperança que busca devolver o direito ao estudo e conhecimento para muitas pessoas privadas da sua liberdade. Apesar de ter entendido, depois da coleta e análise desses dados que ainda há um longo caminho a ser percorrido; ainda está longe de ser um direito universal que atinge a maioria desta população. Mergulhar nesses dados também me fez sentir a rigidez das instituições oficiais que controlam o sistema carcerário, tendo dificuldades para entender, coletar, ler, analisar e interpretar os dados de uso público.

- Luana Tortorette Costa

Após esse curso passei por um grande processo de desconstrução e enxergar finalmente o abolicionismo penal, situação essa que nunca tinha me passado pela cabeça, mesmo indo contra a maneira de penalidade das prisões. São estudos necessários e que precisam ser cada vez mais falados para desmitificar o que tanto reproduzem nas mídias e em muitos discursos. O acesso lá a educação ainda é raso, é preciso que os enxerguem como sujeitos de direitos, humanos.

- Paloma de Oliveira Lima

Ao longo do curso pude desconstruir e construir diversos pensamentos em relação ao sistema prisional e, principalmente, sobre o quão fundamental se faz a oferta de educação nesse ambiente. Acredito que todo o trabalho construído por nós e pelos demais grupos possa servir para a conscientização da sociedade civil sobre os direitos que as pessoas privadas de liberdade têm. Foi e é gratificante poder participar de debates capazes de nos libertar de nossas preconceituosas concepções e de nos proporcionar meios para sermos sujeitos ativos na luta por direitos fundamentais, como a educação.

- Samuel Dias Ribeiro

Desde a primeira reunião, durante todo o processo de pesquisa e até sua finalização pude conhecer melhor a situação da educação no contexto das prisões brasileiras, aprendi que essa oferta é incipiente, que as ações educacionais nas prisões sofrem de problemas que vão desde a disputa conceitual sobre o que é educação, até atividades fragmentadas, com grandes riscos de serem descontinuadas por falta de políticas mais concretas de regulação, o que deixa essas práticas a cargo de instituições religiosas, de iniciativas de universidades ou dos próprios trabalhadores do sistema prisional.

As discussões sobre racismo, encarceramento em massa, necropolítica, e questões de gênero foram muito proveitosa, dando aos participantes do grupo um arcabouço teórico consistente e despertando interesses sobre os temas. Ainda há muito o que estudar, produzir conhecimentos sobre o tema e sobre ações práticas que possam levar a educação para as prisões considerando, desde o início, os direitos, a autonomia e os conhecimentos que as pessoas privadas de liberdade possuem.

Saliento também a boa condução do curso, sem sobressaltos, respeitando, na medida do possível, o tempo e as necessidades dos participantes, tornando o espaço, não só em lugar de estudo, mas de convivência saudável e acolhedora nesse tempo de confinamento forçado que estamos enfrentando.

E como observação derradeira, cito o quesito prático do curso, que nos permitiu adquirir conhecimentos em pesquisa, e em ferramentas como google meet, classroom e excel e ainda exercer o direito pela busca de informações via lei de acesso à informação.

1. CONCLUSÃO

Por fim, durante todo o percurso da pesquisa tínhamos o desejo e a preocupação de apresentar os resultados de uma forma clara e direta, ou seja, com uma linguagem menos burocrática. Ao explorar as páginas eletrônicas oficiais de órgãos governamentais responsáveis pela oferta da educação nas prisões, observamos que a forma como os dados atingem a sociedade civil faz com que haja um certo receio de se debruçar sobre eles, já que não são explícitos, sendo, às vezes, ocultos. Tais preocupações nortearam as escolhas de quais dados usar, quais gráficos eram mais visuais e, principalmente, disponibilizar os dados que na página do Infopen estão difíceis de encontrar de forma acessível, como os dados de segurança pública, as informações referentes aos cursos profissionalizantes, dentre outros.

Assim sendo, entendemos que ainda existem muitos desdobramentos e caminhos a serem percorridos, mas acreditamos termos propiciado questionamentos e mudanças no acesso a esses dados, tão relevantes e imprescindíveis no debate sobre as práticas educativas nas prisões.

2. REFERÊNCIAS

Infopen – Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em:

<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen> . Acesso em 25/07/2020

3. ANEXOS

3.1 E-mail enviado ao INFOPEN

Somos estudantes e professoras do Curso de Extensão - Práticas Educativas no Sistema Prisional, promovido pela UNIFESP. Atualmente, estamos analisando a partir de bases oficiais oferecidas pelo INFOPEN, às práticas educativas realizadas no sistema prisional brasileiro. Constatamos que há uma variedade de informações apresentadas em diferentes formatos (tabelas, gráficos, planilhas e relatórios), coletadas ao longo dos anos. Estabelecemos este contato para garantir que a pesquisa desenvolvida possa estar alinhada com os dados e informações disponíveis. Portanto, encaminhamos algumas questões que surgiram ao longo da análise e coleta dos dados. Desde já, agradecemos a atenção dispendida caso puderem nos dar um parecer sobre tais inquietudes.

1.Qual é o critério utilizado no momento de escolher quais informações serão expostas no Infopen e quais ficarão fora? No formulário que os estabelecimentos penais respondem existem diversas informações que não são mencionadas nos relatórios de levantamento nacional

2.Quais são os números de formados (certificação de conclusão do curso) de cada atividade educacional? (dado preenchido no formulário, mas não mencionado nos relatórios)

3.Nos relatórios aparecem a divisão de presos por gênero, mas não por raça, mesmo com a presença deste item no formulário enviado aos estabelecimentos penais. Será que podemos ter acesso à raça que os estudantes dos programas educativos se identificam?

4.Nos relatórios interativos (a partir de 2017) não há uma inclusão dos dados da segurança pública. Qual motivo desta mudança?

5.Nos relatórios analíticos divididos por estados, no ano de 2015 só existe a base de dados de dezembro; e no ano de 2013, só a de junho. Qual o motivo? Será que podemos ter acesso a esses dados de dezembro de 2013 (já que baseamos nossa pesquisa neste mês)?

6.Existe a possibilidade de receber, caso for de utilidade pública, as respostas completas que os estabelecimentos penais preencheram nos respectivos formulários (de preferência do último ano disponível)?

Agradecemos desde já o tempo e disponibilidade,

Att.

Estudantes e professoras do Curso de Extensão - Práticas Educativas no Sistema Prisional (Universidade Federal de São Paulo).

3.2 Resposta por e-mail do INFOPEN

Prezados,

Segue respostas aos questionamentos:

1. Qual é o critério utilizado no momento de escolher quais informações serão expostas no Infopen e quais ficarão fora? No formulário que os estabelecimentos penais respondem existem diversas informações que não são mencionadas nos relatórios de levantamento nacional

R: Os painéis nada mais são que apresentações dinâmicas dos dados penitenciários Brasileiros coletados junto às UF feitos para o público em geral. Existem ainda os nossos relatórios analíticos (resumo dos dados mais acessados), quanto a nossa base de dados (todos os dados informados UF), nos endereços abaixo:

a. Relatórios analíticos: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/infopen>, dividido a nível dos Estados e Distrito Federal.

b. Base de dados: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/bases-de-dados/bases-de-dados>, dividido a nível dos Estados, Distrito Federal e Municípios de cada unidade penitenciária.

2. Quais são os números de formados (certificação de conclusão do curso) de cada atividade educacional? (dado preenchido no formulário, mas não mencionado nos relatórios)

R: Todas as informações estão na base de dados e podem ser consultados na planilha em formato xls (Microsoft excel) disponível em <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/bases-de-dados/bases-de-dados> nela é possível consultar qualquer unidade penitenciária do Brasil, bem como certificação e conclusão de cursos no semestre a que se refere.

3. Nos relatórios aparecem a divisão de presos por gênero, mas não por raça, mesmo com a presença deste item no formulário enviado aos estabelecimentos penais. Será que podemos ter acesso à raça que os estudantes dos programas educativos se identificam?

R: Os painéis nada mais são que apresentações dinâmicas dos dados penitenciários Brasileiros coletados junto às UF feitos para o público em geral. Existem ainda os nossos relatórios analíticos (resumo dos dados mais acessados), quanto a nossa base de dados (todos os dados das UF), nos endereços abaixo:

a. Relatórios analíticos: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/infopen>, dividido a nível dos Estados e Distrito Federal.

b. Base de dados: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/bases-de-dados/bases-de-dados>, dividido a nível dos Estados, Distrito Federal e Municípios de cada unidade penitenciária.

Informamos ainda que não existe relação entre estudantes e raça, mas estão na base de dados e podem ser consultados na planilha em formato xls (Microsoft excel) disponível em <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/bases-de-dados/bases-de-dados> os dados a respeito da raça/cor/etnia informados pelos Estados.

4. Nos relatórios interativos (a partir de 2017) não há uma inclusão dos dados da segurança pública. Qual motivo desta mudança?

R: A informação que procura está na página 5 de todos os painéis, inclusive no de 2017.

5. Nos relatórios analíticos divididos por estados, no ano de 2015 só existe a base de dados de dezembro; e no ano de 2013, só a de junho. Qual o motivo? Será que podemos ter acesso a esses dados de dezembro de 2013 (já que baseamos nossa pesquisa neste mês)?

R: Todos os dados que o DEPEN possui estão divulgados no site.

6. Existe a possibilidade de receber, caso for de utilidade pública, as respostas completas que os estabelecimentos penais preencheram nos respectivos formulários (de preferência do último ano disponível)?

R: Estão em Base de dados: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/bases-de-dados/bases-de-dados>, dividido a nível dos Estados, Distrito Federal e Municípios de cada unidade penitenciária.

Informamos que nos próximos dias os painéis de (2018 e 2019) serão substituídos por novos, com mais interatividade e informações como, por exemplo, raça dos indivíduos. De qualquer forma, cabe salientar que as informações dos painéis não substituem/contradizem os dados coletados e disponíveis nas planilhas de excel em <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/bases-de-dados/bases-de-dados> . Em outras palavras, os painéis são apenas uma amostra dos mais de 1400 dados colhidos por Unidade Penitenciária de todo o Brasil.

